

# Língua e Nação(ões), o *Compêndio da gramática da língua nacional* de Antônio Coruja

Lengua y Nación(es), el *Compêndio da gramática da língua nacional* de Antônio Coruja

*Language and Nation(s)*, *Compêndio da Gramática da Língua Nacional* by Antônio Coruja

## AUTORES

**Carlos Pires\***

pirescarlos@gmail.com

**Juliana Borges\*\***

juborges1983@gmail.com

\* Professor adjunto de Literatura Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil).

\*\* Doutora em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, Brasil).

## RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo principal investigar o lançamento, em 1835, do *Compêndio da gramática da língua nacional*, de Antônio Álvares Pereira Coruja, considerado um marco nos estudos linguísticos brasileiros. Pretendemos reconstituir em diferentes planos de análise o lançamento da obra e sua colocação como marco histórico nos anos 1930 para refletir sobre alguns tensionamentos entre língua e nação(ões) nas negociações em torno do recém-fundado Império do Brasil. Consideramos para essa reconstrução histórica centrada em Coruja e no *Compêndio* o adensamento do "capitalismo editorial" (*print capitalism*), pensando com Benedict Anderson, as transformações recentes nos sistemas educacional e político, os tensionamentos regionais e elementos da história das ideias linguísticas.

## RESUMEN:

El presente artículo tiene como objetivo principal investigar el lanzamiento, en 1835, del *Compêndio da gramática da língua nacional*, de Antônio Álvares Pereira Coruja, considerado un hito en los estudios lingüísticos brasileños. Pretendemos reconstituir, en diferentes planos de análisis, el lanzamiento de la obra y su reconocimiento como hito histórico en la década de 1930, para reflexionar sobre algunas tensiones entre lengua y nación(es) en las negociaciones en torno al recién fundado Imperio de Brasil. Para esta reconstrucción histórica, centrada en Coruja y en el *Compêndio*, se tienen en cuenta el fortalecimiento del «capitalismo editorial» (*print capitalism*), en diálogo con Benedict Anderson, las transformaciones recientes en los sistemas educativo y político, las tensiones regionales y elementos de la historia de las ideas lingüísticas.

## ABSTRACT:

This article aims primarily to investigate the publication, in 1835, of *Compêndio da gramática da língua nacional* by Antônio Álvares Pereira Coruja, regarded as a landmark in Brazilian linguistic studies. We seek to reconstitute, on different levels of analysis, the publication of the work and its recognition as a historical milestone in the 1930s, in order to reflect on certain tensions between language and nation(s) in the negotiations surrounding the newly founded Brazilian Empire. For this historical reconstruction, focused on Coruja and the *Compêndio*, we consider the strengthening of "print capitalism", drawing on Benedict Anderson, as well as recent transformations in the educational and political systems, regional tensions, and elements of the history of linguistic ideas.

O *Compêndio da gramática da língua nacional* foi e é considerado um marco dos estudos linguísticos no Brasil. O primeiro autor a colocar o livro de Antônio Álvares Pereira Coruja nessa posição foi o filólogo e linguista Antenor Nascentes em 1939. Nascentes defendeu que essa gramática de 1835 encerra um período embrionário dos estudos da língua, ligado exclusivamente à orientação lusitana, e inaugura um segundo momento por ser uma “primeira obra de certo valor, escrita por um brasileiro” (republicado em Nascentes, Barbadinhos Neto & Bechara, 2011, p. 204). As tentativas posteriores de organizar os estudos da língua portuguesa no Brasil passam, na maioria dos casos, por esse marco estabelecido pelo linguista e filólogo. O *Compêndio* de Coruja, com efeito, é a primeira obra dessa natureza que estampa em sua capa a intenção de contemplar uma língua nacional, em alguma medida se ajustando ao decreto imperial de 1827 que determinava o ensino da “gramática nacional”, mas dedicando a obra à “mocidade rio-grandense”. Veremos que a retirada do adjetivo “portuguesa” estava, de certo modo, relacionada à consistência particular que a palavra “nacional” adquiriu naquele momento de fortes tensões regionais no Império do Brasil. Com o intuito de examinar as possibilidades que a palavra nacional encerra, faremos uma investigação com foco em Coruja e no *Compêndio* levando em consideração o adensamento do meio editorial, as recentes transformações nos sistemas educacional e político, as tensões regionais e elementos da história das ideias linguísticas.

Mesmo uma gramática bastante singular como a de Frei Caneca<sup>1</sup>, escrita quase duas décadas antes, com uma dimensão prática bastante acentuada – e nesse sentido um tanto semelhante ao *Compêndio* de Coruja – não expressa essa, por assim dizer, separação intencional em relação a Portugal, que o fato de a retirada do adjetivo “portuguesa” parece conferir. O *Breve Compendio de Grammatica Portugueza*, de Frei Caneca, que parece até mais arrojado em termos de prática e didática, é organizado por meio de lições, mantém em seu título o adjetivo “portuguesa” para gramática e acrescenta na capa: *Organizado em forma systematica, com adaptação a capacidade dos alumnos*. O fato de a obra de Caneca ter circulado de maneira manuscrita, ou não ter sido impressa até 1875, a coloca em uma posição diferente da de Coruja, que se encontra dentro de um contexto de maior circulação de livros e jornais. De acordo com Anderson (2013), os diferentes contextos editoriais, impulsionados sobretudo pela invenção e divulgação da imprensa, foram um fator crucial para a constituição dos Estados nacionais modernos, especialmente a partir de 1776. Mais adiante, retomaremos esse ponto para analisar o caso específico do Brasil.

Ao estabelecer o *Compêndio* de Coruja como marco de reflexão do português do Brasil, Antenor Nascentes também estava inserido em um contexto de afirmação nacional. O linguista e filólogo constrói essa “origem” da “língua brasileira” tendo em seu horizonte uma confrontação com as abordagens “tradicionais”, “puristas”, ou mais estritamente gramaticais. Essa posição particularista, ou “nacionalista”, que ele assume no debate público na década de 1930 deriva em boa medida dos confrontos nacionais que se aguçaram no contexto da Primeira Guerra Mundial, que seguia tendências “nacionalistas internacionais” (ou uma tendência internacional que colocava problemas nacionais em seu centro, Nascentes foi aconselhado pelo filólogo suíço W. Meyer-Lübke), assim como nacionalistas propriamente, por meio de uma abordagem da língua e da cultura defendida por autores modernistas. Em 1922, Nascentes lançou *O linguajar carioca* (Nascentes, 1922), que já em seu título sinaliza para a tentativa de abordar uma língua particular com referência regional menos “abstrata”, posicionando-se mais de uma década antes no debate acerca do caráter acentuadamente “nacional” ou até regional da língua.

O período que vai de 1922 até 1939, quando Nascentes procurou estabelecer um marco de reflexão para o português do Brasil, existe todo um rearranjo cultural e político nacional intensificado com a Revolução de 1930 e seus desdobramentos<sup>2</sup>. Mário de Andrade, figura central no modernismo

#### **PALAVRAS-CHAVE**

Antônio Álvares  
Pereira Coruja;  
língua; nação;  
gramática.

#### **PALABRAS CLAVE**

Antônio Álvares  
Pereira Coruja;  
lengua; nación;  
gramática.

#### **KEYWORDS**

Antônio Álvares  
Pereira Coruja;  
language; nation;  
grammar..

Recibido:  
15/08/2022

Aceptado:  
14/12/2023

paulista e nos diferentes debates sobre os nacionalismos em disputa naquele momento, tinha acabado de passar pela experiência política<sup>3</sup> de chefiar o Departamento de Cultura da cidade de São Paulo entre 1935 e 1938. Nessa condição, seus principais consultores para questões relacionadas a um ambicioso projeto para mapear as variações da língua oral por todo o Brasil foram Manuel Bandeira e Antenor Nascentes (Rodrigues, 1992, p. 21). No Congresso da língua nacional cantada de 1937, ligado às ações do Departamento, Mário de Andrade e Antenor Nascentes foram designados para coordenar a comissão, que se reuniria no Rio de Janeiro, para elaborar o texto das normas para a boa pronúncia da língua nacional no canto erudito (Pereira, 2006, p. 129). Depois do malogro do Departamento por questões políticas, Mário de Andrade se mudou para o Rio de Janeiro para trabalhar na Universidade do Distrito Federal, o que permitiu estreitar ainda mais a relação com intelectuais que estavam na capital federal<sup>4</sup>.

No contexto do governo de Vargas, é criada uma ideia de popular e nacional que dará um timbre específico para a cultura brasileira. As pesquisas de Mário de Andrade e Antenor Nascentes contribuem nessa direção. A reflexão de Antenor Nascentes de 1939 estava dentro desse contexto de especialização, potencializada pelo ensino universitário, da reflexão sobre o português e a cultura do Brasil. A “profissionalização” da abordagem, ou a ênfase na “técnica” defendida pelo modernista, provoca um reenquadramento que força uma busca das “raízes” ou fundamentos para se estabelecer as bases para uma reflexão histórica que justifique o “presente” - mesmo que essa história, ou a história dessa “imaginação nacional” que parece central aqui, para usar os termos de Benedict Anderson (2013), seja estabelecida por meio de muitas amnésias. Anderson destaca a importância dessas amnésias na constituição dos Estados nacionais. Aqui iremos investigar uma dessas amnésias, a gramática de Coruja, colocada, nesse contexto da década de 1930, como um marco para o português do Brasil.

O primeiro livro a remover o adjetivo “portuguesa” de seu título e substituí-lo por “da língua nacional” foi o escolhido por Nascentes como partida para a reflexão sobre o português brasileiro. De fato, o livro parece inaugurar um período mais “brasileiro”, conforme a definição do autor, ou parece pertencer a um contexto particular distintivo: a gramática de Antônio de Moraes Silva, que, de acordo com o argumento do filólogo, estava mais diretamente ligada a uma perspectiva “purista” (para usar o termo de época) em relação ao português, além do fato de o livro de Moraes Silva (publicado em 1806, em Lisboa), estar inserido em um contexto editorial de Portugal. Nascentes não coloca na sua armação do problema a gramática de Coruja em relação à de Caneca<sup>5</sup>, escrita na prisão entre 1817 e 1819. Ambas as obras têm uma intenção didática em comum. No entanto, há diferenças significativas entre elas. A obra de Frei Caneca, por exemplo, foi manuscrita, indicando uma circulação muito mais limitada na época, especialmente em comparação ao cenário de 1835, quando a impressão de livros e jornais já estava estabelecida em algumas regiões do país.

Além disso, a obra de Caneca reflete um contexto histórico anterior ao período da Independência<sup>6</sup> em relação a Portugal, enquanto a de Coruja participa de um momento de turbulência para o Império do Brasil em que o Sete de Abril de 1831, momento em que D. Pedro I abdicou do trono, foi amplamente festejado na imprensa republicana e liberal como a verdadeira independência nacional. É importante, ainda, para entender como se estabeleceu o capitalismo editorial (*print capitalism*) no Brasil, considerar as restrições que a metrópole impôs à colônia para qualquer forma de publicação impressa até a chegada da Corte em 1808, com o rigor de enviar ao reino o material recolhido das tentativas de publicação fracassadas (Schwarcz, 1987, p. 55), limitando a circulação de livros e periódicos no país.

O *Compêndio* de Coruja apareceu em um momento de um maior funcionamento da imprensa, embora esse funcionamento pareça ainda um tanto modesto em comparação a outros países da América e da Europa<sup>7</sup>. Esse adensamento do funcionamento editorial, segundo Anderson, apresenta um quadro que foi relativamente comum para os aparecimentos dos Estados nacionais. O autor destacou a importância das línguas impressas na constituição dos Estados nacionais, e considera o Brasil uma exceção nesse processo. Tal como consta introdução de *Comunidades Imaginadas*<sup>8</sup>:

Para explicar a descontinuidade e a inter-relação entre as línguas impressas, a consciência nacional e os Estados nacionais, cumpre observar o grande conjunto de novas entidades políticas que surgiram

no hemisfério ocidental entre 1776 e 1836, todas definindo-se de modo autoconsciente como nações e, com a interessante exceção do Brasil, como repúblicas (não dinásticas) (Anderson, 2015, p. 83).

Em suas memórias, escritas após se estabelecer na capital do Império Coruja apresenta a recente imprensa em Porto Alegre, revelando como essas transformações foram tardias no Brasil:

A imprensa em Porto Alegre também tem sua história, de quem bem poucos se lembrarão. Uma tipografia, não sei de quem, apareceu em 1827, e se instalou em um dos salões térreos do palácio do governo com saída pelo portão. Tendo caído prisioneiros dos Pátrias os franceses Dubreuil e Estivalet, um compositor e outro impressor, aí foi publicado o primeiro jornal em meia folha, sob as vistas do presidente Salvador José Maciel, e superintendida pelo seu fidus Achates ou factótum Lourenço Júnior de Castro. Dos dois tipógrafos que chegaram a trabalhar de fardeta argentina, um por aqui ficou muito bem, e o outro deu-se ao comércio pela campanha. Em 53 anos, quanta revolução não tem sofrido a imprensa na província! Hoje não há lugarejo elevado ao predicamento de vila que não tenha o seu periódico (Coruja, 1996, p. 24).

O *Compendio* de Coruja pertence a um momento em que é possível verificar um funcionamento mais efetivo da imprensa. Por outro lado, a obra é fruto do crescimento do aparelho educacional, que contribuiu para a produção e circulação de livros no país, como destaca o historiador do livro Hallewell:

Os últimos vinte anos do Império assistiam a alguma melhora, pelos menos quantitativamente, com a duplicação do número de escolas (de 3561 para 7500). (...) É provável que a mais importante contribuição das províncias nos primeiros anos tenha sido a produção ocasional de livros escolares, para os quais ainda não existia um mercado nacional. Um exemplo particularmente precoce foi o *Compendio de Grammatica da Lingua Nacional*, de Antônio Álvares Pereira Coruja, impresso em Porto Alegre em 1835 (Hallewell, 1985, pp. 208-215).

Coruja, de fato, integrava o sistema educacional herdado pelo Império brasileiro das reformas pombalinas. Essas reformas, que estavam relacionadas à definição do português como idioma oficial, geraram o desmantelamento das escolas e instituições estabelecidas pelos jesuítas no país.

No século XVIII (...) no discurso das autoridades, a educação escolar ganhou mais importância; a Coroa procurou, ainda, afiar o controle sobre a circulação de livros e desenvolver uma política pública de difusão do português (Villalta, 2007, p. 334).

Uma breve recapitulação da trajetória do autor nos ajudará a compreender sua formação, bem como o funcionamento do sistema educacional no sul do país, e questões culturais e políticas decisivas para entender o contexto em que o *Compendio* surge. Conforme o *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* (Blake, 1883), o gramático nasceu em Porto Alegre, em 31 de agosto de 1806, filho de pais humildes. Ele faleceu em 4 de agosto de 1889, no Rio de Janeiro, meses antes da Proclamação da República. Entre 1811 e 1812, frequentou as aulas públicas primárias ministradas por Maria Josefa da Fontoura Pereira Pinto e Antônio d'Ávila. Em 1816, tornou-se sacristão na Igreja Nossa Senhora Madre de Deus para ajudar sua família, e com o vigário geral, padre Tomé Luiz de Souza, aprendeu latim. Segundo Bastos (2006), foi precisamente nas aulas do padre Tomé que recebeu o apelido de "Coruja". Ele mesmo relata esse fato em suas memórias escritas já no final de sua vida, na década de 1880:

Agora vou tratar do nome de família do tal *esse um*, que parece ter ficado esquecido. (...) Seus pais para sua estreia tinham-lhe mandado fazer uma casaquita de pano mescla, cor da pele do diabo ou cor de burro quando foge. Ao apresentar-se na aula pela primeira vez com este fato novo, gritou logo o Cândido Batista lá do seu banco da direita: *Olhem, parece mesmo uma coruja*. E como Coruja foi aclamado por toda a assembleia *latinante*: e Coruja ficou, e ... pegou. (...) Este menino continuou a estudar, cresceu e fez-se homem. Era afilhado de José Manoel Afonso (pai do senhor Luís Afonso de Azambuja), o que era muito sabido porque em terra pequena tudo se sabe. José Manoel, depois de

ter sido tesoureiro de ausentes em Porto Alegre, mudara-se para o *outro lado*, onde tinha um outro afilhado que também se chamava Antônio Alves Pereira, e ao mesmo tempo tinha um *bom vizinho*, a quem se viu obrigado a escrever uma carta que pelo resultado devia ser não só salgada como apimentada, sendo dela portador o seu dito afilhado, o do outro lado. (...) A vista disto o homônimo *deste lado*, para não haver confusões, desde esse dia, ou desde a noite antes desse dia, já na ata da Sociedade do Teatrinho, de que era secretário, ao subscrevê-la, começou e daí em diante continuou até hoje a assinar-se como abaixo se vê (Coruja, 1996, pp. 88-90).

De acordo com Klein (2005), o autor também acabou por assumir a imagem de uma coruja em sua assinatura, ou marca que constava impressa em seus livros didáticos. Conforme Schneider,

[Coruja] tinha sido aluno do padre João de Santa Bárbara (Presbítero do hábito de São Pedro, professor público de Filosofia Racional e Moral), nos anos de 1821, 1823 e 1824, havendo completado o curso com grande aproveitamento (Schneider, 1993, p. 43).

E, por ter cursado nesse contexto aulas de humanidades, ingressou em sua terra natal no magistério como professor primário particular:

Em 18 de dezembro de 1825 firmou um contrato com o Conselho da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, pelo qual se comprometia a ir ao Rio de Janeiro habilitar-se na prática do método mútuo, para, posteriormente, assumir a primeira escola de ensino mútuo da Província. O contrato assinado estabelecia que se dispusesse ir à Corte do Rio de Janeiro, onde se doutrinaria no método lancasteriano, para, por este método, ensinar a mocidade (Bastos, 2006, p. 165).

Durante o Primeiro Reinado, foram tomadas medidas para melhorar a educação pública. O então método de “ensino individual” foi substituído pelo “ensino mútuo” em 1824. O ensino público no Brasil foi regularizado pelo artigo 4º da Lei de 15 de outubro de 1827, que estipulava que fossem estabelecidas escolas de ensino mútuo tanto na capital, quanto em cidades e vilas mais populosas, sempre que possível:

Art.4º As Escolas serão de ensino mútuo nas Capitais das províncias, e o serão também nas Cidades, Vilas, e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se. (...) Palácio do Rio de Janeiro, 15 de Outubro de 1827 (Coleção de Leis do Império do Brasil, 1827).

Para Schneider, o sistema de ensino mútuo ou monitorial se caracterizava pelo:

Emprego de monitores-diretores e um certo número de decuriões escolhidos entre os alunos mais adiantados, com o que era possível um professor dirigir um grupo grande de alunos. Em 1805, esse sistema foi introduzido nos Estados Unidos, onde se desenvolveu até a metade do século XIX. O Imperador D. Pedro I, preocupado em promover a instrução no Brasil, decretou em 1º de março de 1823 que fosse criada na Corte uma escola de primeiras letras, onde se ensinaria pelo método de ensino mútuo, aberta aos militares do Exército e a todas as demais classes de súditos. E, por *Portaria de 29 de abril de 1823*, o Imperador, querendo estender às demais províncias o desenvolvimento da instrução, mandou comunicar ao governo provisório da Província de Minas Gerais que enviasse um ou dois indivíduos tirados da Tropa de Linha, oficiais ou não, com aptidão para aprenderem o método de ensino mútuo e deste modo poderem, voltando a sua Província, dar lições não só aos seus irmãos de armas, mas ainda as outras classes de cidadãos. E nesta mesma forma, as demais províncias do Império receberam as comunicações. A Carta de Lei de 20 de outubro de 1823 incumbira os Presidentes em Conselho de prover a educação das novas gerações. E a Constituição de 1824 *assegura a gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos* (Schneider, 1993, p. 25).

Contudo, o método de ensino individual, de acordo com os relatos de Coruja em *Antigualhas*<sup>9</sup>, obra escrita depois da mudança para o Rio de Janeiro na década de 1880, e publicada integralmente apenas depois de

sua morte em 1996 - acabava em alguma medida funcionando, na prática, muito por meio de certa interação entre os alunos. Essas interações remetem ao contexto de difusão da educação no período colonial:

Entre as camadas humildes (...) difundiu-se o aprender-fazendo: extramuros da escola, na luta pela sobrevivência, adquiriam-se rudimentos necessários para garantir a subsistência e para reproduzir os papéis que lhes eram reservados na sociedade. Em alguns casos, esse aprender-fazendo engastava-se em vínculos menos informais, envolvendo uma relação claramente contratada entre mestres e aprendizes; era normal em particular para o aprendizado de habilidades, ofícios e primeiras letras (Villalta, 2007, p. 332).

Os momentos de interação direta entre os alunos e de estudo solitário, de acordo com os relatos do autor, pareciam ser mais eficazes e constantes do que as interações planejadas ou formais com os professores. Em uma mesma sala, havia alunos de diferentes níveis, conforme a descrição que Coruja faz das aulas com o padre Tomé. Nas suas memórias, escritas mais de seis décadas após os acontecimentos relatados, ele busca reconstruir uma experiência educacional vivida quando tinha aproximadamente dez anos:

Em 1816 na aula do padre Tomé eram discípulos mais adiantados Antônio Fernandes Chaves, Cândido Batista de Oliveira, José Moreira de Menezes e Manoel Francisco da Costa, seguindo-se lhes Marcos Alves, o *Cabo Regente*, o padre Francisco de Paula Macedo e outros, segundo ordem de adiantamento. Tinha de entrar para ali um menino de nove anos e meio, pois nascera em agosto de 1806, e estávamos em fevereiro de 1816. Tinha sido discípulo da poetisa Maria Josefa, e depois também do *Amansa*, e aprendido a ajudar a missa com o padre Sanhudo (Coruja, 1996, pp. 88-89).

Na continuação do relato, Coruja recorda como, por sua origem familiar com poucos recursos, “negociou” sua formação, principalmente por meio do latim, nas aulas ministradas pelo padre Tomé. Esse processo ocorreu em um sistema de interação e trocas com outros alunos dentro e fora das salas de aula. Parece que essa dinâmica de interação, presente no início do século XIX, prolonga estratégias provavelmente dos séculos anteriores utilizadas por camadas mais pobres da população para acessar algum nível de instrução:

Este menino tinha tão feliz memória, que devorou a *artinha* em três meses, que tantos vão de 12 de fevereiro a 11 de maio em que lhe meteram na mão o Eutrópio; não havendo aula de francês, aprendeu-o a troco de lições de latim com um condiscípulo que fora do Rio de Janeiro sabendo-o falar; e aprendeu música com outro de quem era paraceto cantochão com o padre Batista do que deu algumas amostras na Semana Santa de 1828 em Santo Amaro, de que era vigário o padre Januário, e no ano seguinte em Taquari, onde era vigário o padre Antônio Pereira Ribeiro; e ainda em 1827 salmeou e lamentou na Semana Santa da cidade do Rio Grande (Coruja, 1996, p. 89).

A transição do latim, que possuía uma funcionalidade transnacional, para as línguas vernáculas é uma das linhas para a compreensão do capitalismo editorial, fundamental para a formação dos Estados nacionais. Segundo Anderson (2013), essa transição envolve a dessacralização do latim, que desarticula os vínculos das comunidades religiosas. Em um momento em que não havia um currículo oficial de ensino estabelecido, Coruja conseguiu se educar através da negociação do conhecimento adquirido por meio da troca com outros alunos. Os relatos do gramático sobre essas trocas entre idiomas, como mencionado, são do final de sua vida<sup>10</sup>.

No entanto, na história acessada de Coruja, essa relação com as línguas e com o ensino parece remeter às práticas de ensino do período colonial. Por outro lado, antecipa uma espécie de formalização que esses procedimentos sofrerão com sua sistematização como método de ensino mútuo que, de fato, busca “administrar” e utilizar de maneira consciente as interações entre alunos de diferentes níveis. É uma formalização e sistematização do que já acontecia, em grande parte, à revelia dos mestres, muitas vezes dentro e fora das salas de aula que Coruja e muitos outros alunos frequentavam.

Quando o futuro gramático se apresentou para aprender o método de Lancaster no Rio de Janeiro, na década de 1820, essa “nova” prática de ensino já era, de certa forma, uma realidade para ele. Seu *Compêndio*, como vimos, apresenta uma dimensão prática que parece ser, também, fruto desse contexto formativo, em que a interação entre alunos desempenha um papel fundamental.

Coruja, de qualquer maneira, começou a lecionar desde muito jovem e, em 1825, com menos de 20 anos, apresentou uma proposta ao Conselho Administrativo da Província para estudar o método Lancaster, ou ensino mútuo, no Rio de Janeiro, obtendo aprovação. Ao retornar após dez meses, como acordado em contrato, Coruja se comprometeu a colocar em prática o que havia aprendido, algo que efetivamente começou a acontecer oficialmente quando foi nomeado professor de primeiras letras em 10 de março de 1827. Mais tarde, em 1831, foi aberto um concurso para uma cadeira de Gramática Latina. Ele se candidatou e venceu.

Em um contexto de crescimento urbano, o Império Brasileiro lançou mão do método de ensino mútuo, desenvolvido por Andrew Bell e Joseph Lancaster no final do século anterior na Inglaterra em processo de industrialização. Essa adoção foi uma tentativa de resolver um problema gerado pela Constituição de 1824, cujo parágrafo 32 definia como direito a “gratuidade da instrução primária para todos os cidadãos”. O “ensino mútuo”, então, foi adotado como uma possível solução para a falta de professores, pois era caracterizado pelo

emprego de monitores-diretores e um certo número de decuriões escolhidos entre os alunos mais adiantados, com o que era possível um professor dirigir um grupo grande de alunos. Em 1805, esse sistema foi introduzido nos Estados Unidos, onde se desenvolveu até a metade do século XIX (Schneider, 1993, p. 25).

Antes mesmo da promulgação da Constituição, o problema da escassez de professores para a construção do jovem país já preocupava o Imperador<sup>11</sup>. Na década de 1830, os presidentes das províncias demonstraram interesse no desenvolvimento da educação popular. No entanto, eles enfrentaram o desafio de não terem profissionais capacitados para exercer o magistério e, entre os profissionais habilitados, muitos não demonstravam interesse devido aos baixos salários oferecidos<sup>12</sup>. Diante dessa situação, ficou claro que o ensino mútuo não seria viável, e os governantes sentiram a necessidade de preparar professores para o magistério, criando a Escola Normal na Província. Essa iniciativa se desenvolveu enfrentando a falta de professores com formação e qualificação até a ausência de livros e materiais nas escolas (Schneider, 1993, pp. 29-50).

Preocupado com a precária situação educacional da Província, o Conselho-Geral formulou uma série de propostas para sua melhoria. Essas propostas incluíam a criação de duas cadeiras de Gramática Latina, uma de Geografia (também com ensino de História) e outra de Língua Francesa, que também deveria lecionar Literatura Brasileira. Assim, em 1831, foram criadas algumas cadeiras na Província. Antônio Coruja se candidatou à cadeira de Gramática Latina em 26 de abril de 1831, em um concurso realizado na capital. Contudo,

havia apenas o obstáculo de haver firmado contrato com o governo de exercer a cadeira de ensino mútuo por quatro anos, que findaria em 2 de agosto desse ano, e não queria o candidato perder a vaga, pois faltava pouco para os quatro anos se completarem. Assim, munido dos documentos (...) prestou exame no dia 30 de abril de 1831, e, aprovado, teve o título passado em tempo competente (Schneider, 1993, p. 33).

As rápidas transformações que estamos acompanhando, tendo Coruja como centro, por meio do desenvolvimento da imprensa, da educação, também ocorreram no âmbito da organização do Estado, com algumas consequências políticas. Com a promulgação da Lei de 12 de agosto de 1834, conhecida como Ato Adicional, foram estabelecidas Assembleias Legislativas nas Províncias, substituindo os Conselhos-Gerais.

Na Assembleia Legislativa de São Pedro do Rio Grande do Sul, os 28 deputados eleitos estavam divididos entre apoiadores e opositores do presidente da província, Fernandes Braga, com uma vantagem apertada para os apoiadores. No entanto, a tensão aumentou gradualmente até que eclodiu a Revolução Farroupilha em 20 de setembro de 1835. A decisão pela Revolução foi tomada dois dias antes em reunião em uma loja maçônica em que a posição política dos presentes variava de separatistas a antisseparatistas.

Bento Gonçalves assumiu o levante que tinha como objetivo imediato destituir Fernando Braga. Ele negociou com o Império solicitando em carta ao regente, padre Diogo Antônio Feijó, um novo presidente para a província e, assim, dariam o conflito por encerrado. Braga, no entanto, viajou para o Rio de Janeiro e contou uma versão diferente da de Bento Gonçalves e o novo presidente enviado à província veio acompanhado de forte aparato militar.

Os ideais liberais e republicanos eram amplamente compartilhados por diversos grupos sociais, cada um deles defendendo diferentes graus de independência para a província do sul do país. Alguns anos antes, em 1828, a província testemunhou a separação do Uruguai do Império brasileiro, o que gerou uma sensação de ambivalência em relação ao Império entre os combatentes locais que participaram desse conflito. Bento Gonçalves - que esteve na primeira campanha cisplatina na década de 1810, na segunda (1816-1821) e presenciou a derrota na guerra da cisplatina na famosa batalha do Passo do Rosário (20 de fevereiro de 1827), cobrindo a retirada das tropas brasileiras - é um personagem emblemático para se entender os graus de autonomia em jogo na negociação com o império. E para considerar a ambivalência que é reforçada positivamente no combate conjunto ao inimigo comum e negativamente no ressentimento em relação ao exército imperial que, derrotado, deixava esses combatentes locais em posição subalterna. O descontentamento foi ainda maior devido à forma como Dom Pedro I conduziu a Guerra da Cisplatina<sup>13</sup> (1825-1828), dando preferência ao Marquês de Barbacena em vez de escolher um gaúcho para comandar os conflitos que ocorriam no território sulino. Além de se recusar a indenizar os proprietários de terras pelos danos causados pelo exército imperial durante suas incursões. Uma quadra da época sobre o comandante do exército imperial na batalha, o Marquês de Barbacena, expressa o ressentimento local:

E o nosso Barbacena  
Depois de fazer a borrada  
Fez montar a gente toda  
E se pôs em retirada  
(Flores, 2002, p. 340).

O “nosso”<sup>14</sup> do primeiro verso, que parece incorporar no uso da primeira pessoa ampliada os que falam da perspectiva “nacional” comum à do Império do Brasil, contrasta com o descontentamento desses que parecem abandonados por esse mesmo Império. D. Pedro I, que estava em uma situação delicada, procurava uma equação de forças entre o poder central e as províncias com vistas a manter a unidade nacional, isso até sua abdicação em 1831, no “verdadeiro sete de abril” festejado pela imprensa republicana.

Com o fim do primeiro reinado, iniciou-se o turbulento período das regências, e a relação entre o Império e as províncias mostrou-se extremamente tensa. Isso resultou em diversas medidas ambivalentes que indicavam, e algumas vezes de fato proporcionavam, maior autonomia às províncias. Dentro desse jogo de forças, foi promulgada a Lei de 12 de agosto de 1834, que substituiu os Conselhos-Gerais por Assembleias Legislativas, embora o poder central continuasse a designar os presidentes das províncias. Na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, foram eleitos 28 deputados com mandato de 2 anos. Nas eleições para a primeira legislatura, encontramos novamente o nosso gramático, Antônio Coruja, eleito como suplente de deputado. Ele assumiu o cargo no final de 1835 em meio a uma forte tensão, no mesmo ano em que sua gramática foi publicada. Nesse momento, alguns de seus colegas de imprensa e maçonaria, como Pedro Boticário, propuseram uma extensa lista com nomes de portugueses para serem expulsos da província. A assembleia afirmou que estudaria a lista, mas acabou reduzindo-a a apenas alguns nomes. Ao que parece, essa lista foi esquecida, em um ritmo semelhante aos acontecimentos políticos retratados na famosa obra

de Machado de Assis, “O alienista”<sup>15</sup>, que ironicamente busca representar as tensões, ambivalências e acomodações entre o Antigo Regime e o jovem país.

Bento Gonçalves também foi eleito em 1835 junto com outros 27 deputados. Estes eram advogados, oficiais da guarda nacional, padres, médicos, juizes, tesoureiros, alguns proprietários e um lente de geometria. O coronel da cavalaria Bento Gonçalves, nomeado por D. Pedro I em 1829, havia recebido em 1830 o diploma da maçonaria. Existiam duas lojas maçônicas naquela localidade disfarçadas em gabinetes de leitura, uma delas fundada em 1831 por Antônio Coruja, mais moderada, e o gabinete dos farroupilhas, que funcionava na casa de João Manoel de Lima e Silva, mais acentuadamente federalista (Flores, 2002, p. 328). Coruja, no entanto, participava ativamente da imprensa que divulgava ideias liberais e republicanas, como *O Compilador em Porto Alegre* (1831-1832) e o jornal *Idade do Pau* (1833-1835), contrário à monarquia e que, portanto, fazia oposição aos caramurus. O título era uma ironia em relação ao “Idade D’ouro”, uma folha partidária dos caramurus. Em *Idade do Pau*, Coruja trabalhou junto com seu futuro editor, Vicente Ferreira de Andrade, da Typographia de V. F. de Andrade, tipografia bastante empenhada na divulgação de ideias liberais. Vicente Ferreira de Andrade foi, depois, oficial das forças republicanas e terminou acusado e preso pela justiça do Império do Brasil.

Entre 1835 e 1836, é possível acompanhar pela imprensa Coruja participando ativamente nos debates na Assembleia e, ao que parece, preocupado com sua situação financeira<sup>16</sup>, colocando muitos dos seus pertences à venda. Na última página de *O mensageiro*, em 15 de janeiro de 1836, jornal impresso por Vicente Ferreira de Andrade, Coruja anuncia acima da cobrança do pagamento das assinaturas que encerra a publicação a, ao que parece, sua escrava, o bem de maior valor na lista, além de parte de seus livros, ou de seus instrumentos de trabalho, e volumes do *Compendio de Grammatica Nacional*. A lista, com efeito, parece conter boa parte de seus bens:

Na Rua da Graça na Casa de Antonio Alves Pereira Coruja vende-se uma escrava crioula inda moça, que faz todo o serviço de uma casa, e tem muito prestimo para ama sêca. Também se vendem os livros seguintes: Syntaxe de Dantas, Dictionarios Francezes da Academia, Obras Grandes de Horacio, Eutropio, e Phedro, Grammatica Latina do P. Antonio Vieira, Dictionarios de Moraes, 4ª edição, Magnum Lexicon Latino, 6 volumes da Colleção de Leis do Brasil, e Dictionario de Geografia de Vosgien, Theatro Ecclesiastico, e Compendios da Grammatica Nacional (*O mensageiro*, 1836b).

Foi nesse contexto de turbulência política de 1835, poucos meses antes do anúncio, que surgiu sua gramática da “língua nacional”. Na seção de avisos ao final de *O recopilador liberal* de 26 de agosto de 1835, também impresso pela Typographia de V. F. de Andrade às vésperas do conhecido 20 de setembro, sabemos que a impressão da gramática tinha acabado de ser concluída e a encadernação estaria pronta no final do mês:

Acha-se impresso o *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional* por Antonio Alvares Pereira Coruja, contendo muitas regras de Syntaxe modernamente adoptadas, e varias observações úteis aos principiantes: ficará encadernada até o fim do corrente mez. Subscreeve-se a 1:280 rs. cada exemplar na Loja do Sr. João Ferreira de Assis, na do Sr. João Pedro Freire Bareo, e na Botica do Sr. Antonio Simões Pereira Junior (*O recopilador liberal*, 1835).

A nota indica até o valor por exemplar, e aparece em um espaço comum em muitos periódicos da época, e depois dela, nomeados algumas vezes como “anúncios”. Esse espaço dos periódicos se tornou um campo privilegiado de estudos desde que, na década de 1930<sup>17</sup>, Gilberto Freyre fez uma vasta pesquisa usando esses materiais. Nos três periódicos com características liberais em que Coruja aparece, as epígrafes<sup>18</sup> desses trazem ideias como a autodeterminação dos povos, a necessidade de ser justo, e duas delas colocam a escravidão, em um sentido metafórico, como o campo oposto desses ideais sustentados como um valor para os periódicos – dentro das possibilidades que, segundo Anderson (2013), se materializaram no final do século XVIII e se tornaram disponíveis para os jovens Estados nacionais<sup>19</sup>. Escravidão que aparecia materializada, não como um contraponto a um ideal abstrato de liberdade, nos anúncios/classificados de todos esses periódicos por meio da venda e compras de escravos ou notas oferecendo recompensas para quem capturasse escravos fugitivos. Como acabamos de ver, quando o gramático anunciou diversos de

seus bens em *O mensageiro*, em 15 de janeiro de 1836, entre os livros e os exemplares da gramática estava “uma escrava crioula inda moça”.

A primeira aparição de Coruja diretamente envolvido com os acontecimentos desencadeados pelo 20 de setembro foi na edição 23, de 22 de janeiro de 1836, de *O mensageiro*, em que é descrita sua posse e juramento na Assembleia. *O mensageiro* foi criado, também, como resultado do 20 de setembro em 3 de novembro de 1835 com o objetivo explícito de “dar publicidade aos actos d’Administração Provincial das Estações Publicas, e bem assim annuncios que se limitarem a beneficio publico” (*O mensageiro*, 1835). E durou por seis meses, lançando sua última edição em 3 de maio de 1836, número 48, com o aviso assinado pelo editor de Coruja e do periódico, Vicente Xavier de Carvalho, “Aos Srs Subscritores”: Com este Numero findou-se o 1º Semestre do Mensageiro, cuja publicação fica sustada, té que a tranquillidade publica reine por todos os angulos da Provincia (*O mensageiro*, 1836b). Coruja, que era suplente, toma posse para preencher as vagas dos que abandonaram a Assembleia depois da tomada dessa pelos revoltosos e se torna 1º secretário, passando a assinar sistematicamente as atas, além de participar em alguns debates e formulações de leis.

As posições, de qualquer maneira, seguiam, ao que parece, abertas. As aspirações à autonomia da província tiveram inicialmente na Assembleia um caráter federativo, mas a separação aparecia como perspectiva política. A situação poderia caminhar para uma separação do Império se as demandas da Província não fossem aceitas – o que indica o longo processo de disputa em diversos planos até a assinatura uma década depois, em 1845, do tratado de Poncho Verde. A conhecida carta de Bento Gonçalves ao regente Feijó de setembro de 1835 deixa claro esse limite na imaginação do jovem país: “O governo imperial nos dê um governador de nossa confiança, que olhe pelos nossos interesses, pelo nosso progresso, pela nossa dignidade, ou nos separaremos do centro e com a espada na mão saberemos morrer com honra, ou viver com liberdade”.

A retirada do adjetivo “portuguesa”, ou sua substituição pelo “nacional” aconteceu dentro dessas possibilidades abertas que tinham ao fundo, como dissemos, seus companheiros de imprensa e maçonaria, como Pedro Boticário, propondo uma longa lista com nomes de portugueses para a expulsão da província. A dedicatória na capa ser à “mocidade rio-grandense, por seu patricio, Antônio Álvares Pereira Coruja” indica um afeto regional, não propriamente nacional. O limite dessa imaginação, como dito, tinha a separação como possibilidade. Com a mudança de Coruja para a Corte em 1837, o autor lança em 1838 seu *Manual dos Estudantes de Latim*, agora dedicado “à mocidade brasileira”, e, em 1848, seu *Compendio de Ortografia da Lingua Nacional*, “dedicado à Sua Majestade, o Sr. Dr. Pedro II” (Dias, 2019, p. 89).

Antes da mudança para a Corte, no entanto, a negociação em torno da ideia de nação no limite sul do Império do Brasil em meio à Revolução Farroupilha estava em aberto. O autor<sup>20</sup> do *Compêndio*, e seu editor, viviam essa ambivalência naquele momento e a língua parece, em alguma medida, ter se colocado como questão nessas negociações em torno das possibilidades de construções nacionais abertas ali. Benedict Anderson no capítulo do seu livro em que discute as formações dos novos Estados americanos, que acontecem a partir do final do século XVIII, comenta que pelo fato da língua das novas nações serem as mesmas dos colonizadores, a língua “nunca se colocou como questão nessas primeiras lutas de libertação nacional” (Anderson, 2015, p. 85). Quando olhamos a situação brasileira, no entanto, que o próprio Benedict Anderson considerou uma exceção, como vimos, a tensão da localização da Província, mais próxima geograficamente de novas nações vizinhas do que da capital do Império, com, ainda, a separação relativamente recente do Uruguai da maneira como se deu e outros fatores levantados aqui, a língua parece ter em alguma medida se colocado como questão nos embates contra os portugueses, ou ao menos na apresentação do *Compêndio* do gramático. A imaginação para aquela comunidade particular parecia de qualquer maneira cindida entre o afeto regional e o “nacional”, este, que prevaleceu, dado na chave do Império do Brasil.

## NOTAS

<sup>1</sup> Frei Caneca foi um personagem que se envolveu fortemente nas lutas pela Independência, até ser fuzilado em 1825, em Recife. Contudo, como era muito respeitado por todos os que estavam ao seu redor, quando foi condenado à forca, seu carrasco e os presos da cadeia se negaram a executá-lo, tendo sido fuzilado no forte das Cinco Pontas (Fávero & Molina, 2006). Sua gramática foi escrita quase duas décadas antes na prisão, entre 1817 e 1819, e possui tentativas mais efetivas do que a de Coruja de tratar particularidades em algumas notas além da, como assinalamos acima, dimensão prática bastante acentuada. Ao lermos as notas do *Breve Compendio* de Caneca, vemos momentos em que ele abandona uma postura mais técnica e comenta seus problemas com a língua portuguesa de maneira mais explícita, fato que promove um ruído significativo em relação a um ponto de vista linguístico mais purista ou mesmo em relação a uma visão de gramática como um conjunto de regras a se seguir: “O alfabeto portuguez é muito imperfeito, visto que para formar umas syllabas tem letras de mais, e para formar outras faltam-lhe letras; por que adoptaram os homens alguns erros que communicaram a posteridade, e que já estão irremediáveis. Esses erros foram-o habituaem-nos desde a nossa infancia a pronunciar algumas letras com sons diferentes dos seus naturales” (Caneca, 1875, p. 61). Leonor Lopes Fávero (1933-2022, *in memoriam*), que orientou a pesquisa que forneceu os elementos para a elaboração deste artigo, foi professora titular de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) e professora titular de Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). A linguista e professora Leonor desenvolveu inúmeras pesquisas nas áreas de Linguística Textual e História das Ideias Linguísticas.

<sup>2</sup> Um dos fatos nesse processo foi o surgimento de novas áreas de estudos universitários no país ao longo da década de 1930, com a criação de novos cursos.

<sup>3</sup> Experiência política vinculada ao papel de São Paulo no contexto nacional que “parte de uma ideia hegemônica, por meio do qual o estado de São Paulo, depois da derrota da Revolução de 1932, conseguiria, na visão dos que planejavam o Departamento de Cultura e as recém-criadas faculdades, conquistar e transformar o resto do país através da cultura e da educação” (Raffaini, 2001, p. 38).

<sup>4</sup> Em 1939, ano de lançamento do texto em que Nascentes consagra a gramática de Coruja como um divisor de águas, ocorreu o atrito público entre Mário de Andrade e seus antigos aliados modernistas (cf. Pontes, 1998). Esse conflito surgiu de sua defesa intransigente da técnica em oposição ao amadorismo que, em sua avaliação, permeava setores da cultura brasileira – uma postura já evidente nos cursos que ministrou como professor na Universidade do Distrito Federal naquele momento (Avancini, 1998). O debate eclodiu na imprensa quando Mário de Andrade destacou a dimensão técnica da obra de um grupo de pintores imigrantes ainda em processo de reconhecimento nacional. A polêmica evidenciou uma inflexão na trajetória do crítico em relação ao modernismo dos anos 1920 e uma modulação significativa de sua noção anterior de nação. Essa mudança de perspectiva manifesta-se tanto nas obras de arte e artesanato que incorporou à sua coleção ao longo da década de 1930 e 1940, quanto em seus textos e conferências – a exemplo do balanço crítico apresentado em “O movimento modernista”, conferência de 1942 (Andrade, 2002).

<sup>5</sup> E também não problematizou nesse texto de 1939 a colocação do português como língua “nacional” como uma construção política relativamente recente na esteira das reformas pombalinas: “O português era uma língua que existia no espaço público: era aprendido por aqueles poucos que freqüentavam a escola dos padres, utilizado nos documentos escritos e cerimônias, possuindo, assim, um caráter mais propriamente oficial do que público” (Villalta, 2007, p. 339).

<sup>6</sup> Como veremos, a dificuldade para Benedict Anderson pensar o nacionalismo brasileiro é o fato de ele, de maneira única nos processos das independências nacionais que aconteceram no continente americano de 1776 até as primeiras décadas do XIX, ter acontecido preservando uma família dinástica no poder. Isso contraria, em alguma medida, a lógica geral do livro que, simplificando bastante, relaciona o surgimento das comunidades nacionais à desagregação dos reinos dinásticos.

<sup>7</sup> As pesquisas de Robert Darnton, para citar apenas um exemplo, fornecem um olhar minucioso sobre o funcionamento complexo das editoras, livreiros e imprensa ao longo do século XVIII em diversas regiões da Europa. Para compreender a constituição desse

campo de estudos, é válido mencionar a obra *O que é a história do livro* (Darnton, 2010). As pesquisas realizadas por historiadores do livro e da imprensa, em especial as de Febvre e Martin (Febvre, Martin, Basanoff, Castro, & Anselmo, 2000), são fundamentais na constituição desse campo que estamos considerando para refletir sobre os contextos de circulação e recepção da gramática de Coruja.

<sup>8</sup> “Pelo menos em duas passagens, prometi levemente explicar por que o nacionalismo brasileiro se desenvolveu tão tarde e de maneira tão idiossincrática em comparação ao de outros países latino-americanos. No presente texto, procuro cumprir a promessa que quebrei” (Anderson, 2015, p. 21).

<sup>10</sup> A obra *Antigualhas* de Coruja corresponde à compilação de publicações que o autor fazia sob a forma de folheto, em 1881, em Porto Alegre, na Tipografia do Jornal do Comércio. A mais completa de suas edições, trazendo suas memórias da cidade em que nasceu e se distanciou, é resultado do trabalho de Sérgio da Costa Franco, que pesquisou e apresentou as crônicas escritas por Coruja no século XIX.

<sup>10</sup> É bastante provável que o latim que ele aprendeu com o padre Tomé ainda estivesse profundamente vinculado a contextos religiosos em meio à acelerada transformação do cenário intelectual da época. Em *O vermelho e o negro*, célebre romance de Stendhal publicado no início dos anos 1830, que inova ao incorporar processos judiciais como elemento estruturante da narrativa, o protagonista Julien Sorel – assim como Coruja, de origem humilde – ascende socialmente graças ao domínio do latim, que adquirira com um padre de sua província. A obra marca um momento de reconfiguração dos laços religiosos na França e explicita novas possibilidades de mobilidade social, exemplificadas pela trajetória do arrivista Julien Sorel.

<sup>11</sup> “O Imperador D. Pedro I, preocupado em promover a instrução no Brasil, decretou em 1º de março de 1823 que fosse criada na Corte uma escola de primeiras letras, onde se ensinaria pelo método de ensino mútuo, aberta aos militares do Exército e a todas as demais classes de súditos. E, por Portaria de 29 de abril de 1823, o Imperador, querendo estender às demais províncias o desenvolvimento da instrução, mandou comunicar ao governo provisório da Província de Minas Gerais que enviasse um ou dois indivíduos tirados da Tropa de Linha, oficiais ou não, com aptidão para aprenderem o método de ensino mútuo e deste modo poderem, voltando a sua Província, dar lições não só aos seus irmãos de armas,

mas ainda as outras classes de cidadãos. E nesta mesma forma, as demais províncias do Império receberam as comunicações (...) A Carta de Lei de 20 de outubro de 1823 incumbira os Presidentes em Conselho de prover a educação das novas gerações” (Schneider, 1993, p. 25).

<sup>12</sup> Conforme ainda Schneider (1993, p. 36), na Província de São Pedro no Rio Grande do Sul, os professores recebiam baixos salários. Em 1820, recebiam 100 mil réis por ano e, pelo decreto de 26 de abril de 1827, passaram a receber 150 mil réis anualmente.

<sup>13</sup> A Guerra da Cisplatina ocorreu de 1825 a 1828, entre Brasil e Argentina, pela posse da Província Cisplatina, atual Uruguai. Localizada numa área estratégica, a região sempre foi disputada pela Coroa Portuguesa e Espanhola. Localizada na entrada do estuário do Rio da Prata, a Província Oriental era uma área estratégica, já que quem a controlava tinha grande domínio sobre a navegação em todo o rio, acesso aos rios Paraná e Paraguai, e via de transporte da prata andina. A perda da Província Cisplatina foi um motivo adicional para o crescimento da insatisfação popular com o governo de D. Pedro I. Na realidade, a guerra era impopular desde o início, pois para muitos brasileiros representava aumento de impostos para o financiamento de mais um conflito (Fausto, 2014).

<sup>14</sup> Uma das chaves para considerar a constituição de um sentimento nacional é, segundo Anderson, a atenção ao uso da primeira pessoa ampliada – e “quem” parece pertencer à comunidade que essa ampliação implica.

<sup>15</sup> Para Anderson (2013), a literatura, e o romance particularmente, é peça chave para se entender os processos de constituição das comunidades nacionais específicas.

<sup>16</sup> Conforme ensina Gilberto Freyre (2010), a venda de uma pessoa escravizada pode ser um sinal de dificuldade financeira. Nesse caso específico de Coruja, outros bens importantes para sua vida profissional também foram colocados à venda o que sugere fortemente que ele passava por aperto financeiro. Esse contexto de provável instabilidade econômica coincide com a ruptura institucional de 20 de setembro de 1835, evento que pode ter interrompido o pagamento regular de seu salário como professor.

<sup>17</sup> Primeiro foi a conferência “O escravo nos anúncios de jornal do tempo do Império”, no Rio de Janeiro, na Sociedade Felipe d’Oliveira, publicada na revista *Lanterna verde* em 1934. E, depois, a comunicação, “Deformação de corpo dos negros fugidos”, no 1º

Congresso Afro-brasileiro do Recife e publicada no livro *Novos estudos afro-brasileiros* que se originou do congresso em 1937. Parte dessa pesquisa deu origem ao seu célebre estudo *O escravo nos anúncios de jornais do século XIX* (Freyre, 2010).

<sup>18</sup> O Recopilador liberal, o único que coloca a epígrafe do em português: A vil ambição do mando presta auxílio à tyrannia, se deixa escravisar para dominar, entrega os Povos para participar de seus despejos, e renuncia a honra para obter dignidades e títulos (Raynal). Abade Raynal, como ficou conhecido, é um conhecido publicista iluminista europeu. O Noticiador, em francês: *“La liberté est la mère des vertus, de l’ordre, et de la durée d’un État : l’esclavage au contraire ne produit que des vices, de la lâcheté et de la misère”* (A liberdade é a mãe das virtudes, da ordem e da duração de um Estado: a escravidão, pelo contrário, produz apenas vícios, covardia e miséria). Do político inglês do século XVII, importante na reflexão sobre o republicanismo, e bastante citado no processo de independência das treze colônias, Algernon Sidney. *O Mensageiro*, em francês: *Soyez juste, sage, ferme, modere, et ne vous inquietes de rien* (Seja justo, sábio, firme, moderado e não se preocupe com nada). Do político francês liberal-conservador contemporâneo, François Guizot.

<sup>19</sup> O objetivo central do livro de Anderson é entender esses “produtos, no final do século XVIII, [como] uma destilação espontânea do “cruzamento” complexo de diferentes forças históricas [e que] depois de criados, esses produtos se tornaram “modulares”, capazes de serem transplantados com diversos graus de autoconsciência para uma grande variedade de terrenos sociais, para se incorporarem e serem incorporados a uma variedade igualmente grande de constelações políticas e ideológicas (Anderson, 2015, p. 30). Esses periódicos apresentam, como estamos vendo, justamente esses produtos sendo transplantados em um contexto em que as possibilidades “nacionais” estão em forte disputa.

<sup>20</sup> Coruja foi preso depois da tomada de Porto Alegre em junho de 1836 pelos legalistas. Ao ser solto ele resolveu, então, transferir-se para o Rio de Janeiro para fugir da reação dos “caramurus” (Bastos, 2006, p. 167) e, ao ser anistiado pelo império em 1839, começa a participar de maneira ativa de importantes instituições do império como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Dedicou, nesse novo contexto, escritos ao imperador Pedro II, o que dá a distância, e o começo da construção

do esquecimento, da Assembleia, dos periódicos, das tipografias, da mocidade rio-grandense e, também, daquelas disputas em relação à constituição nacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anderson, B. (2013). *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Andrade, M. de. (2002). *Aspectos da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Itatiaia.
- Avancini, J. A. (1998). *Expressão plástica e consciência nacional na crítica de Mário de Andrade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Bastos, M. H. C. (2006). A escola e o ensino em Porto Alegre. *UNirevista*, 1(2), 1-17.
- Blake, A. V. A. S. (1883). *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.
- Caneca, J. do A. D. (1875). *Obras políticas e litterarias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Rio de Janeiro: Typ. Mercantil.
- Coleção de Leis do Império do Brasil, nº artigo 4º, 1 71 (1827).
- Coruja, A. A. P. (1996). *Antigualhas: Reminiscencias de Porto Alegre*. S.l.: Unidade Editorial.
- Darnton, R. (2010). O que é a história do livro. In D. Pellizzari (Org.). *A questão dos livros: Passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Dias, J. P. (2019). O ensino da língua nacional no século XIX e a constituição da gramatização brasileira: a produção de Antonio Alvares Pereira Coruja. *Gragoatá*, 24(48), 75–94.
- Fávero, L. & Molina, M. (2006). *Concepções Linguísticas no Século XIX – A Gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- Fausto, B. (2014). *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp.
- Febvre, L., Martin, H.-J., Basanoff, A., Castro, H. T. e, & Anselmo, A. (2000). *O aparecimento do livro*. São Paulo: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Flores, M. (2002). *A república Rio-Grandense: Realidade e utopia*. Porto alegre: EdIPUC-RS.
- Freyre, G. (2010). *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paula: Global Editora.
- Hallewell, L. (1985). *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: T.A. Queiroz Editor Universidade de São Paulo.
- Klein, A. I. (2005). *Fronteiras de cristal: Um estudo sobre a memória e a história através das crônicas “Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre”*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Nascentes, A. (1922). *O linguajar carioca*. S.l.: Sússekind de Mendonça.
- Nascentes, A. (1936). *Idioma Nacional*. S.l.: Livro Machado.
- Nascentes, A. (1939). *Estudos filosóficos: 1a. série*. São Paulo: Civilização Brasileira.
- Nascentes, A., Barbadinho Neto, R., & Bechara, E. (2011). *Estudos filológicos*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Nascentes, A. de V. (1939). *Estudos filologicos*. São Paulo: Civilização Brasileira.
- O mensageiro*. (1835, novembro 3). Porto Alegre: Typographia de V. F. de Andrade.
- O mensageiro*. (1836a, janeiro 15). Porto Alegre: Typographia de V. F. de Andrade.
- O mensageiro*. (1836b, maio 3). Porto Alegre: Typographia de V. F. de Andrade.
- O recopilador liberal*. (1835, agosto 26). Porto Alegre: Typographia de V. F. de Andrade.
- Pereira, M. E. (2006). *Lundu do escritor difícil: Canto nacional e fala brasileira na obra de Mário de Andrade*. São Paulo: Ed. UNESP.
- Pontes, H. (1998). *Destinos mistos: Os críticos do Grupo Clima em São Paulo, 1940-68*. São Paulo: Companhia das Letras.

Raffaini, P. T. (2001). *Esculpindo a cultura na forma Brasil: O departamento de cultura de São Paulo (1935-1938)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP.

Rodrigues, A. C. S. (1992). Mário de Andrade e o Projeto "Pronúncias Regionais do Brasil". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 0(33), 17.

Schneider, R. P. (1993). *A instrução pública no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Schwarcz, L. M. (1987). *Retrato em branco e negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras.

Villalta, L. C. (2007). O que se fala e o que se lê: Língua, instrução e leitura. In F. A. Novais & L. de M. e Souza (Orgs.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.